



PORTARIAS

PORTARIA 548/2025

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO QUE MENCIONA

O Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a partir de 04 de dezembro de 2025, do cargo de provimento em comissão, a servidora abaixo relacionada, lotada no gabinete do Vereador Sérvio Túlio Felix Simões Filho:

Assessor Parlamentar - Cód. ASP - 01
Fernanda Parreira Lobato.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal, 03 de dezembro de 2025.

ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA
(Zezinho Mendonça)
Presidente

PORTARIA 549/2025

DISPÕE SOBRE AS EXONERAÇÕES E AS NOMEAÇÕES QUE MENCIONA

O Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam exonerados a partir de 04 de dezembro de 2025, dos cargos de provimento em comissão, os servidores abaixo relacionados, lotados no gabinete do Vereador Nei Carlos Borges:

Assessor Parlamentar - Cód. ASP - 05
Larissa Martins Gonçalves.
Assessor Parlamentar - Cód. ASP - 08
Aislan Lino de Almeida.

Art. 2º - Ficam nomeados a partir de 04 de dezembro de 2025, para os cargos de provimento em comissão, os servidores abaixo relacionados, a serem lotados no gabinete do Vereador Nei Carlos Borges:

Assessor Parlamentar - Cód. ASP - 05
Aislan Lino de Almeida.
Assessor Parlamentar - Cód. ASP - 08
Larissa Martins Gonçalves.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal, 03 de dezembro de 2025.

ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA
(Zezinho Mendonça)
Presidente

CONTRATAÇÕES

RESULTADO DE JULGAMENTO - UNIDADE COMPRADORA 925010

PREGÃO ELETRÔNICO 90.019/2025 - PROCESSO 036/2025

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, com o objetivo de elaborar o anteprojeto, o projeto básico e o projeto executivo das intervenções necessárias à reforma das salas do Departamento TV Legislativa, bem como da sala destinada à implantação do estúdio da Rádio, conforme as normas técnicas vigentes e as necessidades funcionais

do Departamento. **VENCEDOR:** Golino Engenharia Ltda., CNPJ: 53.135.603/0001-67, com o valor global negociado para o grupo único - R\$4.775,00. Homologação: 04/12/2025. O Termo de Homologação pode ser consultado no site: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras> Uberlândia, 04 de dezembro de 2025.

Andrea Alves - Chefe de Licitação

DECRETOS

DECRETO LEGISLATIVO N° 1724/2025

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO PASTOR JOÃO BATISTA GOMES DOS SANTOS.

A Câmara Municipal de Uberlândia APROVA, nos termos do Art. 102-A do Regimento Interno, e o Presidente PROMULGA o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Honorário ao **PASTOR JOÃO BATISTA GOMES DOS SANTOS**.

Art. 2º A outorga do Título dar-se-á em sessão solene, na sede do Poder Legislativo, ou fora dela, em data a ser marcada pelo homenageado, após comunicação feita pela Câmara.

Art. 3º Fica o Presidente da Câmara autorizado a utilizar os recursos previstos no orçamento do Poder Legislativo para atender às despesas com a solenidade.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Uberlândia, 04 de dezembro de 2025.

MESA DIRETORA

Autoria: Vereador Neemias Miquéias
PDL 169/2025

ATAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE Superlotação do Presídio Professor Jacy de Assis (Estrutura de Trabalho dos Policiais Penais e Déficit de Efetivo da Categoria). Ao vigésimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, sexta-feira, às 19h:00min. A Vereadora Delegada Lia Valechi iniciou a audiência pública cumprimentando a todos, desejando boa noite e dando as boas-vindas aos presentes. Declarou ser com muita alegria que a Casa do Povo recebe a todos. Informou que a audiência pública foi solicitada pelos Policiais Penais, na pessoa do Policial Penal Roseney, representante da categoria na cidade de Uberlândia e o pedido foi prontamente atendido pela Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal, a qual presidi. Compõem ainda a Comissão o Vereador Sgt. Ednaldo, relator, a Vereadora Gláucia da Saúde, ausente no momento, e a Vereadora Janaina Guimarães. Em nome da Câmara Municipal de Uberlândia, a presidente agradeceu a presença de todos e, em seguida, deu início à composição da mesa. Foram convidados para compor a mesa: o Deputado Estadual Arnaldo Silva; Jean Otoni que é Presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Minas Gerais; o Dr. Victor Ganen, advogado representante dos Policiais

Penais; Júlio Cesar Lazarini, Diretor do Presídio Professor Jacy de Assis, representando neste momento pelo Diretor Regional Dr. Marcos Vinicius; Erick Souto Guimarães, perito criminal da Polícia Civil, ativista e estudioso dos fenômenos ligados aos riscos psicossociais do trabalho de policiais e bombeiros, idealizador do projeto “Cuide-se, Policial”; a Dra. Regina Ribeiro, advogada da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Triângulo Mineiro. Após a composição da mesa, a presidente declarou aberta a audiência pública, destinada a tratar de um tema extremamente sensível e que impacta diretamente a segurança pública de toda a cidade de Uberlândia, ou seja, a superlotação do Presídio Professor Jacy de Assis e, por consequência, as condições de trabalho dos Policiais Penais que atuam tanto nessa unidade quanto em toda a cidade. Ressaltou que a questão vai além da estrutura física, pois envolve, sobretudo, as pessoas que sustentam o sistema diariamente, os Policiais Penais, e os reflexos diretos da superlotação para a segurança da população de Uberlândia. Além disso, a Presidente informou que a Comissão de Segurança Pública, além de propor e analisar projetos de lei relacionados à área, também atuar na proteção e na defesa dos direitos dos profissionais de segurança pública que trabalham na cidade. Destacou que o objetivo da audiência não é apontar culpados, mas buscar soluções concretas para a melhoria das condições de trabalho dos Policiais Penais na nossa cidade. Sendo assim, nesta audiência pública serão ouvidos especialistas e representantes da Polícia Penal e do Sindicato. Em tempo, a Presidente, agradeceu ainda a presença do Deputado Arnaldo Silva, enfatizando a importância de um representante estadual nesse debate, já que grande parte da responsabilidade sobre o tema se concentra na esfera estadual, ainda, reforçou que o papel da Comissão é proteger vidas, garantir segurança pública para Uberlândia e cobrar providências, o que será feito. Em seguida, convidou para fazer uso da palavra o Policial Penal e Delegado do SINDIPPEM em Uberlândia, Roseney José dos Anjos, que iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradece a presença de cada policial penal que compareceu para participar da audiência pública, à Delegada Dra. Lia, que prontamente atendeu a esta demanda; ao Diretor Júlio Cesar Lazarini, que representa o Diretor Regional Dr. Marcos Vinicius, o Deputado Arnaldo e aos demais vereadores, por estarem presentes neste momento tão difícil para o sistema prisional. No dia 23/06/2008 o convidado ingressou no sistema prisional e nesta época contava com mais ou menos 500 e poucos policiais penais trabalhando dentro do presídio Professor Jacy de Assis. Hoje, como delegado do Sindicato dos Policiais Penais, a principal demanda que recebe dos colegas é a seguinte: “Roseney, precisamos fazer alguma coisa, porque o sistema na Jacy de Assis está entrando em colapso.” Atualmente, existem mais de 15 postos dentro da unidade sem nenhum policial penal. Há servidores que trabalham lá desde 2003 e me procuram dizendo: “Roseney, estou com medo de trabalhar na unidade. Tenho medo de entrar ali e perder a minha vida, porque não tem ninguém para dar apoio, para retirar um preso ou para prestar um atendimento.” Tem dias em que durante o banho de sol não há um policial sequer na gaiola, nem na muralha, apenas o CFTV monitorando. Cada pátio tem mais de 200 presos, e geralmente três ou quatro pátios fazem banho de sol por dia. Se esses 200 e tantos presos decidirem agir, quem vai conter? A superlotação é extrema: celas projetadas para oito presos estão com 25. Em certas situações, o

policial penal não consegue sequer realizar o procedimento de segurança, porque os presos mesmos dizem: “Como vamos fazer? Não cabe mais ninguém.” O risco para o policial penal é enorme. Muitas vezes temos apenas um ou dois servidores para retirar um preso para atendimento. E a tendência é piorar: mais de 20 policiais penais estão saindo, seja por aprovação em outros concursos, seja por aposentadoria. Hoje, somos cerca de 280 policiais para mais de 2.300 presos. A direção do presídio Jacy de Assis envia ofícios diários para Belo Horizonte, mas até agora não houve envio de efetivo. A preocupação entre os policiais penais é tão grande que muitos estão adoecendo. Eles chegam, fazem o serviço às pressas e vão embora correndo para casa, com medo de não voltar para abraçar seus filhos ou suas esposas. O clima é de insegurança permanente, há dias em que no Anexo, que é uma galeria com seis pavilhões, cada um com mais de 100 presos, chegando a quase 200, temos apenas o coordenador. O normal seria ter, no mínimo, dois policiais em cada lado da muralha e um policial por gaiola. Mas a realidade é que às vezes só há um coordenador, um policial deslocado do canil para cobrir o P16, e um único apoio para atender demandas da OAB, saúde e setor jurídico. A situação está colapsando. Se nada for feito agora, em janeiro teremos ainda mais baixas no efetivo, só nesta leva, são cerca de 25 policiais saindo. E quando um preso precisa ser internado, a equipe do GETP precisa deslocar dois policiais para cada custodiado. Se tivermos 20 presos internados, simplesmente não teremos efetivo para atender. Hoje, só com cinco presos internados, já são 10 policiais fora da unidade. Então, quantos restam para garantir a segurança interna? Muito poucos. Mais de 42 policiais me procuraram afirmando: “Se o sindicato não fizer nada, vai colapsar. Vai acontecer algo grave.” Se houver um motim durante o banho de sol, se um preso matar outro, quem vai entrar? E se 100 presos subirem a muralha e fugirem, quem vai atrás? Mal temos policiais para cobrir escala básica. Por isso, em nome dos policiais penais da unidade, faço este alerta e peço providências urgentes. A Polícia Penal de Uberlândia pede socorro. Antes que aconteça algo pior, é necessário que o Governo de Minas Gerais encaminhe mais policiais penais para nossa RISP, após o encerramento da fala do convidado, a Presidente convidou para fazer uso da palavra Jean Otoni, que é presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Minas Gerais. Jean Otoni cumprimentou a todos e a Delegada Lia, que vem realizando em Uberlândia um trabalho extremamente relevante para as forças de segurança pública e também para o município, em seguida cumprimentou o deputado Arnaldo, que também tem feito um belo trabalho, o delegado sindical Roseney, que vem desenvolvendo um trabalho muito relevante, o diretor da SIS, os advogados presentes e todos os policiais penais aqui na Casa do Povo. Agradeceu à vereadora, porque este é um tema extremamente sério, urgente e que já custou vidas. Jean mencionou que, ao pesquisar, verificou que em 1985 a superlotação já havia provocado uma grande tragédia em Belo Horizonte, quando ocorreu o episódio conhecido como a “siranda da morte”, resultado do excesso de presos, da falta de vagas e da falta de policiais para a custódia. E afirmou que a história parece estar se repetindo. Por isso, ressaltou a importância desta audiência, onde discutimos um tema que envolve, de um lado, a dignidade humana dos policiais penais, profissionais concursados, que saem de suas casas, deixam seus filhos e familiares para prestar um serviço fundamental à sociedade,

mas que também desejam voltar com vida para suas casas e, de outro lado, a dignidade mínima das condições de trabalho dentro da unidade prisional. Destacou que o problema não é culpa do diretor, pois a unidade tem feito mais com menos. A Penitenciária Jacy de Assis foi projetada para 900 presos e hoje abriga 2.300. Quando tinha 900 presos, a unidade contava com cerca de 500 policiais penais; hoje, com 2.300 presos, o número de policiais diminuiu. As celas com capacidade para oito presos estão hoje com 25 ou 26. Jean disse que não estava ali para defender presos, mas sim para defender a dignidade da pessoa humana, porque tanto presos quanto policiais penais são vítimas dessa situação. Ressaltou ainda que a superlotação afeta diretamente os policiais, aumentando o adoecimento psicológico e físico e elevando o número de afastamentos. Uma unidade com 2.300 presos recebe, nos fins de semana, mais de 300 ou 400 visitas, chegando a quase 2.700 pessoas dentro do presídio, enquanto as colegas PEFEN que atuam na censura são apenas duas para atender mais de 300 visitantes. Isso fere qualquer noção de dignidade humana. Jean lembrou também que existe um decreto estadual criado quando havia cerca de 20 mil presos, que limitava o aumento do número de policiais penais. Hoje o Estado tem mais de 70 mil presos, mas o efetivo continua praticamente o mesmo. Perguntou de quem é a culpa, deixando claro que não é dos policiais, que estão ali para sustentar suas famílias. O ambiente de trabalho, que deveria ser salubre, tornou-se insalubre; desde 2020, o adoecimento dos policiais penais só cresce porque precisam fazer mais com menos. Explicou que, em dias de banho de sol, três pavilhões são liberados simultaneamente, cada um com cerca de 210 a 230 presos, ou seja, 630 presos no pátio. O banho de sol é um direito previsto na LEP, e se o diretor não liberar, o Ministério Público o cobra. Mas se liberar e ocorrer uma rebelião, o diretor responde como garantidor. Ele fica entre a cruz e o punhal: se não libera, é punido; se libera e acontece algo, também é responsabilizado. Por isso, Jean defende que unidades superlotadas sejam interditadas, pois não é admissível que um presídio projetado para 900 presos esteja com 2.300. Onde está a dignidade dos policiais para trabalhar? Onde está a segurança mínima? E destacou ainda que agora haverá uma baixa de servidores devido a aposentadorias e nomeações em outros concursos, ou seja, o efetivo vai diminuir ainda mais. Nós estamos aqui pedindo socorro para que não aconteça uma rebelião, e esta Casa, através da vereadora Lia, está fazendo um excelente trabalho, algo que outros municípios também deveriam fazer e não fazem. A vereadora atendeu ao pedido do sindicato porque ali existem mais de 2.900 vidas dentro daquela unidade, onde podem ocorrer rebeliões e motins. Mas quem fiscaliza isso? Onde está o fiscal da lei? Quem é o fiscalizador que vai chegar lá e verificar o laudo AVCB? A unidade tem laudo AVCB para funcionar? A unidade está superlotada, e sabemos que essa responsabilidade é da VEC, do juiz da comarca. Estamos aqui pedindo ao juiz socorro para evitar rebeliões e motins, para preservar a vida dos policiais penais e também das pessoas que estão lá dentro. O que nos resta, senão clamar por socorro e pedir que essa unidade seja interditada com urgência? Alguém pode perguntar: "Mas se interditar, vai levar para onde?" Isso não é culpa nossa, não é culpa dos policiais penais que estão lá dentro, não é culpa da vereadora é culpa do governo, que em vez de investir nas unidades prisionais, perdoou mais de 5 bilhões em isenções para a Localiza, e só para o ano

que vem já perdoou mais de 25 bilhões em isenções. E como ficam os municípios? Troca o governo, mas quem permanece? Os policiais penais permanecem, o juiz da comarca permanece. Isso é uma questão de Estado, não de governo. Por isso, não adianta não cobrar e não fiscalizar. A bomba vai ficar com o município, vai ficar com os policiais penais, vai ficar em Uberlândia. Para encerrar, vereadora Lia, o sindicato vem a esta Casa pedir socorro. Vem clamar pelas 2.300 vidas dentro daquela unidade, mas os policiais penais, para que não ocorra uma rebelião ou um motim. Quero deixar aqui esse grito de socorro por mais de 280 policiais penais, tanto da Jacy de Assis quanto da unidade Pimenta da Veiga. Agradeço e parabenizo a vereadora por abrir as portas desta Casa para que o grito de socorro dos policiais penais seja ecoado, não só em Minas Gerais, mas em outros Estados, para que não aconteça como em São Paulo, onde há rebeliões e motins. Agradeço minha fala e parabenizo a deputada pelo excelente trabalho realizado no município. A presidente convidou Vladimir Dantas, vice-presidente do SINDIPPEN, que iniciou sua fala cumprimentando a todos, agradecendo à vereadora e afirmado que é isso que mostra o que a categoria precisa, pois, sem voz, a Polícia Penal não é ouvida. Parabenizou os membros da mesa, mencionou o deputado Arnaldo, sempre encontrado na Assembleia, pedindo apoio fundamental. Afirmou que a culpa não é dos policiais, mas do governo: sem aumento de efetivo, não há como desempenhar as funções. Se querem banho de sol, que deem supremacia de força; sem efetivo, não há como. Disse que o Judiciário cobra o banho de sol do diretor, o diretor cobra dos policiais, e isso vira uma reação em cadeia. Questionou por que o Judiciário não acompanha o desempenho: uma cela com 30 presos e apenas um policial não permite supremacia de força; se não há condições, não pode tirar para banho, mas a cobrança cai sobre o servidor, que fica como o "feio" da história. Declarou que isso não fecha, que o governo conhece a criação da carreira e que ela foi limitada a 17.665 servidores para 20.000 presos na época. A conta não fecha: hoje são cerca de 80.000 presos, muitos facionados e de alta periculosidade, sendo impossível trabalhar assim, especialmente para mulheres policiais. Defendeu parar o serviço quando necessário e só realizar atividades com supremacia de força, com respaldo legal. Reforçou que a escala 24x72 é a única que garante dignidade e que o governo tenta colocar a culpa na escala e nos servidores, o que é injusto. Pediu manutenção da escala, aumento de efetivo em todas as RISP, quebra da cláusula de barreira da carreira e afirmou que o governo de Minas precisa olhar com carinho para os servidores. Disse que perdas inflacionárias e absenteísmo são culpa do governo, que não chamou os excedentes do concurso, deixando 690 profissionais de fora. Finalizou deixando o recado ao governador Zema e ao vice Simões: que parem de se vangloriar às custas dos policiais penais e que deem o devido respaldo à categoria. Por que não chamam mais aprovados agora no edital que prevê 1.100 vagas? Você acha que isso vai suprir, gente? A defasagem da nossa carreira, como a delegada conhece muito bem, é enorme. Muitos vão para outros estados porque lá pagam melhor; se aqui não paga bem, ninguém fica. Não há supremacia de força. Qual orgulho temos hoje em nos chamar policiais? Nenhum. Só permanece quem é honrado, porque está muito difícil. Por isso, o pedido é focar no aumento do efetivo. Aumentando o efetivo, conseguimos desempenhar nossas funções. Fora isso, não há conversa. Força e honra, vamos em frente. A

Presidente convidou para fazer uso da palavra Eric Solto Guimarães, perito criminal da Polícia Civil e idealizador do projeto Cuide-se Policial, que em sua apresentação mostrou slides com dados importantes, inclusive de interesse dos sindicatos. Cumprimentou a mesa em nome da delegada Lia Valechi e disse que se sente honrado em falar sobre os policiais penais, já que o projeto recebe muitos relatos dessa categoria e eles muitas vezes nem aparecem nas estatísticas oficiais de adoecimento mental e suicídio na polícia, pois só se consideram os dados da Polícia Civil e da Polícia Militar. Relatou que conversou com a presidente do Conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Juliana Lemes, que confirmou que os policiais penais não entram na contabilidade de suicídios e adoecimento. Assim, quando se diz que a cada três dias um policial se suicida, os penais não estão incluídos nesse número, que seria ainda maior se fossem considerados. Disse também que, em seu projeto, já relatou vários casos, inclusive em Minas Gerais. Explicou que o projeto Cuide-se Policial trata de direitos humanos e direitos trabalhistas dos policiais. Comentou que muitos sindicalistas mencionaram que o policial é só cobrado, tratado quase como um "subtrabalhador", contratado para trabalhar até morrer, adoecer ou atuar em condições inadequadas, como se fosse responsabilidade exclusivamente sua, e que isso é financiado pelo assédio que desce em cascata dentro da gestão. Apresentou dados de fontes confiáveis, como OMS, OIT e pesquisas científicas, mostrando o impacto da carga horária na saúde de qualquer trabalhador, enfatizando que, na polícia, o impacto é ainda maior. Explicou que, com a base de 40 horas semanais, há funcionamento normal da saúde mental; entre 48 e 54 horas semanais já há aumento de hipertensão, insônia e sintomas ansioso-depressivos; acima de 55 horas há aumento de 35% nos AVCs, doenças isquêmicas, infarto, síndrome metabólica e outros riscos; acima de 60 horas surgem alterações neuroanatômicas significativas. Detalhou como o estresse constante afeta o cérebro, explicando a função do hipocampo, das amígdalas cerebrais e como experiências traumáticas ficam marcadas. Explicou que o policial permanece em alerta contínuo e isso altera hormônios como o cortisol, permitindo que processos inflamatórios atinjam o cérebro, causando danos nas conexões nervosas, gerando adoecimento crônico. Disse que, biologicamente, é impossível alguém da segurança pública trabalhar em alerta máximo e sobrecarga o tempo todo. Não é frescura, não é birra; é inviável biologicamente. Questionou quem financia esse modelo e respondeu: o assédio moral. Explicou que o assédio funciona da seguinte forma: "Eu passei por isso, então você também tem que passar"; "Não importa se está faltando pessoal, se vire"; "Não vamos registrar suas horas"; "Se reclamar, vai ser mal avaliado e perder gratificações"; ou ainda PAD. Mostrou pesquisas provando que o assédio moral aumenta o risco de suicídio em até duas vezes e que, mesmo depois de cessar, os efeitos podem durar anos. Deixou seu contato para quem quiser os slides e disse que o projeto já ultrapassou 4 milhões de acessos mensais. A Presidente agradeceu a contribuição, ressaltando a gravidade da sobrecarga de trabalho dos policiais, e convidou a Dra. Regina Ribeiro Faria, advogada da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Triângulo Mineiro, para fazer uso da palavra. A advogada cumprimentou a todos, incluindo a presidente Dra. Lia, o relator sargento Ednaldo, os membros da mesa, servidores, advogados e demais presentes. Disse ter vindo falar como

advogada e coordenadora da AMT, trazendo um caso prático que exemplifica os problemas estruturais do presídio Jacy de Assis. Afirmou que o presídio enfrenta vários problemas que não podem ser tratados como rotina e precisam ser solucionados urgentemente, pois, como já foi dito, a unidade pode entrar em colapso. É uma situação grave, mas que ainda pode ser revertida. Explicou que o superlotamento gera inúmeras consequências, sobretudo para o policial penal, que sofre medo, adoecimento psicológico, aumento da violência entre presos e prejuízo ao trabalho de todos, inclusive dos advogados. Relatou um caso prático de um policial penal que teve que responder a um procedimento administrativo disciplinar por suposto excesso em disparo de arma de fogo, destacando que muitas dessas situações decorrem diretamente da falta de infraestrutura adequada no sistema prisional. Foram acontecendo várias situações no desenrolar do procedimento, e então, além de números e normas, é um retrato claro de como a falta de estrutura, ausência de condições mínimas de trabalho e precariedade do sistema transforma a vida do servidor, que é exemplar, em um réu dentro da própria instituição. Aconteceu uma suposta invasão, uma tentativa de invasão da muralha do exterior para o interno, com tentativas de arremessos de ilícitos que acontecem com frequência em vários presídios, e precisou usar a arma para poder conter esse indivíduo, sendo necessário realizar vários disparos. Depois foi constatado que essas armas não tinham as manutenções necessárias, as munições estavam vencidas, amassadas, estragadas, e não conseguiram atingir a efetividade esperada para acertar o alvo e conter o indivíduo que estava na área externa. Além disso, na própria muralha houve algumas mudanças, mas ainda permanece a falta de efetivo, até mesmo para proteger o policial militar numa situação dessa. Outro ponto é a questão do treinamento; todas as testemunhas foram unânimes ao afirmar que não existe treinamento prático sobre essas questões. Se acontecer uma rebelião, uma tentativa de invasão, um motim ou qualquer situação semelhante, não há treinamento dentro da equipe, o que compromete a vida do policial penal, que inclusive precisou agir para proteger a própria vida e a vida dos outros policiais penais. Tudo isso compromete gravemente o trabalho do policial penal, que acabou respondendo a um procedimento administrativo alegando excesso no disparo de arma de fogo, mesmo não conseguindo atingir o indivíduo e sequer tendo clareza da existência de um alvo. Trata-se de uma situação muito grave, pois pode gerar prejuízos na carreira, como suspensão ou até demissão, além de abalo psicológico e impacto na família, algo que todos os policiais penais vivem. Surge então a grande contradição: o Estado falha na infraestrutura, falha no fornecimento de materiais adequados, falha na recomposição dos efetivos, falha na manutenção das armas, mas quando o servidor age para suprir as falhas do próprio Estado, quem responde é ele; o servidor vira alvo e acaba virando réu. No procedimento disciplinar, ainda ocorreram problemas como ausência de livros de ocorrência e falta de comunicados internos, o que atrapalhou muito a defesa. Ao final deu certo, mas foram situações de grande prejuízo para a vida do policial. A reação do militar foi totalmente legítima, pois tentou proteger a sua própria vida, a vida dos policiais penais e a unidade. Ele agiu conforme estava ao seu alcance, mesmo sem treinamento, porque o Estado não fornece isso aos servidores. Assim, teve que responder a um procedimento administrativo em uma questão muito

grave. É um caso que precisa ser compreendido com alerta: não se trata do número de disparos, mas da falta de infraestrutura geral, principalmente a falta gravíssima de efetivo, que gera medo nos agentes ao trabalhar diante do risco constante à vida. Não é justo, não é proporcional e não condiz com o compromisso público que cada policial penal assume ao vestir o colete e subir na muralha. É um alerta de que o governo precisa resolver a situação para evitar o colapso do sistema. A presidente agradeceu a presença da advogada Dra. Regina e, prosseguindo a audiência, convidou o deputado Arnaldo Silva, que cumprimentou a todos, em especial a vereadora Dra. Delegada Lia, presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Uberlândia, parabenizando pelo trabalho intenso, dedicado, com foco e determinação. Cumprimentou também a vereadora Janaína e o vereador Sargento Ednaldo, vice-presidente da Câmara e integrante da comissão, líder do prefeito Paulo Sérgio, destacando seus trabalhos na segurança pública da cidade. Cumprimentou o presidente do Sindicato dos Policiais Penais, Jean, entendendo os cumprimentos aos demais membros da mesa, policiais penais, servidores e agentes do sistema de segurança pública. Disse ter ouvido atentamente as falas anteriores, julgando-as muito relevantes. Agradeceu o convite da Delegada Lia e ressaltou sua atuação na Assembleia de Minas, especialmente nas pautas da segurança pública. Afirmou a importância do Legislativo municipal, estadual e federal e destacou que muitas vezes a falta de diálogo e de presença impede o Estado de compreender as reais demandas, reforçando o valor de ouvir relatos e entender o que acontece. Reconheceu a gravidade da situação, lembrando que a segurança dos profissionais é fundamental e que o problema afeta todo o sistema, inclusive presos vivendo em condições desumanas, o que desencadeia uma espécie de “panela de pressão” que pode explodir a qualquer momento, afetando famílias, profissionais e todo o ambiente penal. Propôs ações objetivas e solicitou que fosse encaminhado o relatório da audiência, com os pontos específicos sobre superlotação, número reduzido de profissionais, comparação com anos anteriores, saúde mental e física dos servidores. Com esse documento, disse ser possível encaminhar medidas. Explicou que, embora não haja tempo hábil para uma audiência pública específica na Assembleia ainda neste ano, é possível agir por meio de agendas em Belo Horizonte. Convidou a Comissão de Segurança Pública da Câmara e o Sindicato dos Policiais Penais para agendas com o Procurador-Geral de Justiça, para cobrar uma posição do Ministério Público como fiscal da execução penal; com o Secretário de Segurança Pública; e com o Secretário de Governo, Marcelo Aro, para pautar o tema. Disse que apresentará requerimento na Comissão de Segurança Pública da Assembleia para manter o assunto permanentemente em debate. Reconheceu que desafios como aumento de efetivo não são simples, mencionando discussões sobre limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas afirmou que há caminhos possíveis. Reinforced que pautar o assunto com diálogo e planejamento pode gerar avanços. Colocou seu mandato à disposição e parabenizou novamente a comissão e o sindicato, reafirmando seu compromisso com a causa. Disse estar feliz por participar, mesmo diante de um tema difícil, e relatou que já se dispôs a visitar o presídio e, no próximo ano, destinar emendas parlamentares para alterações físicas necessárias. Concluiu agradecendo e reiterando seu apoio. A presidente agradeceu imensamente ao deputado Arnaldo.

do, ressaltando seu compromisso e seriedade, afirmando que, embora muitos deputados tenham sido convidados, poucos compareceram, e que o deputado Arnaldo, além de ser alguém que admira, é um parceiro de trabalho e alguém em quem se pode confiar. Lembrou que, em 2017, em uma grave crise em que mais de cinquenta policiais civis foram presos de forma arbitrária em Uberlândia, o único deputado que se levantou para defender os policiais civis e a instituição foi Arnaldo, reforçando sua credibilidade. Agradeceu novamente seu empenho e destacou que o secretário de governo também poderá apoiar os encaminhamentos. Informou então que seria transmitido um vídeo enviado pelo assessor Marco Antônio Pereira, representando o procurador Cléber Eustáquio e o Dr. Wesley Miranda Alves, que não puderam comparecer, embora tivessem manifestado grande interesse em estar presentes. Infelizmente ele até pediu que a gente mudasse a data da audiência porque fazia muita questão de estar presente, mas não foi possível realizar essa alteração. Então, ele encaminhou um vídeo em que o assessor Marco Antônio Pereira fala em nome dele, do Dr. Cléber Eustáquio Neves e do Dr. Wesley Miranda Alves, também procurador da República da 6ª Procuradoria de Uberlândia, apresentando uma parceria com a UFU visando melhorias nas condições de trabalho da Polícia Penal. O vídeo foi então reproduzido. No vídeo, Marco Antônio se apresenta como assessor do Ministério Público Federal e fala em nome do procurador da República Dr. Wesley Miranda Alves, do sexto ofício da Procuradoria de Uberlândia, e do procurador da República Dr. Cléber Eustáquio Neves. Ambos estão de férias e pedem licença por não estarem presentes, assim como ele próprio. Explicou que foi designado para falar por atuar diretamente nos procedimentos relativos às unidades prisionais do Triângulo Noroeste. Informou que o MPF considera aquela audiência pública essencial e, para não deixar de participar, apresentou de forma resumida a atuação do órgão e os resultados colhidos sobre as unidades prisionais da região, especialmente o Presídio Professor Jacy de Assis. Destacou que o MPF não faz fiscalização diária de presídios, função que é da promotoria de execução penal do Ministério Público Estadual, sendo a atuação do MPF voltada a buscar soluções, articular medidas e construir saídas concretas para problemas que se arrastam há anos. Por isso, o Dr. Wesley instaurou 12 procedimentos administrativos abrangendo todos os municípios da região com unidades prisionais relevantes. Em Uberlândia, após ouvir a administração do presídio, levantar informações e identificar problemas, constatou-se o déficit de policiais penais e as condições estruturais precárias. Foram discutidas alternativas, como modernização, automação de pavilhões e melhorias essenciais para reduzir a necessidade de grande efetivo para rotinas básicas, mas foi identificado um gargalo crítico: não há equipe técnica, dentro ou fora do DEPEN, capaz de elaborar projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo conforme as exigências normativas. Assim, não seria possível desenvolver projetos nem captar recursos para intervenções. Diante disso, o MPF construiu uma ponte entre a UFU e a administração prisional. A ideia é simples, mas eficaz: utilizar cursos de engenharia civil, elétrica e arquitetura e urbanismo como fonte de recursos humanos para elaboração dos projetos necessários. As tratativas com a reitoria ainda são iniciais, mas já existe uma proposta para que alunos e técnicos realizem visitas à unidade prisional, contando com apoio institucional do MPF, seja por meio de verbas, seja por apoio institucional junto

à UFU. Essas tratativas podem resultar em um convênio. O objetivo do MPF é que esse modelo seja replicado nacionalmente como projeto-piloto para que outras unidades com universidades federais possam usar essa mesma parceria. Encerrando, afirmou que o MPF está aberto a somar esforços com qualquer pessoa ou entidade disposta a colaborar. Ao final do vídeo, a Presidente convidou os membros da mesa que quisessem fazer uso da palavra, oportunidade em que se manifestou o Dr. Víctor Ganen, que cumprimentou a Presidente, o Vereador Sargento Ednaldo, o Dr. Jean e demais presentes. Ele declarou que seria breve e ressaltou que os policiais penais têm sofrido continuamente com a superlotação, que tem causado danos irreversíveis não apenas à saúde física e psicológica, mas também ao bolso dos servidores. Explicou que seria importante se todos os servidores estivessem presentes porque aquela audiência tinha relevância extrema para tratar não só da superlotação, mas também de outros problemas recorrentes no interior do presídio Jacy de Assis e em todo o Estado. Mencionou que há policiais sendo escalados em número insuficiente para atividades como vistoria de visitantes, chegando a situações em que apenas duas policiais PESEN precisam atender centenas de visitantes, analisando materiais, alimentos, sacolas e demais itens que ingressam na unidade. Disse que os policiais penais têm feito "de tudo para a cadeira girar", expressão utilizada pelos próprios servidores. Explicou, contudo, que isso gera processos administrativos em razão do baixo efetivo. Citou que atualmente existem 17 processos administrativos com 23 policiais respondendo por situações decorrentes do superlotamento e do efetivo reduzido. Como exemplo, mencionou um caso em que apenas dois servidores foram escalados para o banho de sol, quando havia a possibilidade de um terceiro na torre, mas que não estava disponível, gerando um PAD para os dois escalados. Ressaltou que isso não é culpa da direção da unidade, que faz o possível, mas é resultado do baixo efetivo e da superlotação. Também relatou situações em escolas hospitalares em que dois servidores tomam conta de um preso, mas a legislação (art. 250 do REMP) impede que o servidor se ausente do posto sequer para ir ao banheiro ou buscar alimentação, sob pena de responder disciplinarmente. Disse que, mesmo havendo alegada flexibilização, não é isso que consta na orientação da Corregedoria. Parabenizou a Presidente pela iniciativa da audiência, reconheceu o esforço do diretor do presídio, mas pediu que haja maior compreensão com os servidores, que estão adoeceando diante das condições de trabalho. Finalizou agradecendo. Em seguida, a Presidente abriu para manifestações e a primeira a se pronunciar foi a Dra. Luciana Benardelli, representando a 13ª Subseção da OAB Uberlândia, presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários. Cumprimentou a mesa e afirmou que a OAB está junto dos policiais penais nessa luta. Relatou que conhece bem a realidade do sistema prisional porque teve um irmão que integrou a primeira turma de policiais penais da antiga colônia penal Jacy de

Assis. Destacou que a superlotação e o baixo efetivo repercutem na advocacia, pois hoje são realizados mais de 70 atendimentos jurídicos diários, o que só é possível graças ao apoio dos policiais penais. Afirmou que, da mesma forma que os advogados dependem dos policiais, também estão dispostos a apoiá-los porque os problemas do sistema afetam toda a comunidade jurídica. Parabenizou a audiência pública, ressaltando que é um passo importante para transformar reivindicações em ações concretas junto ao legislativo municipal e estadual. Ao final, colocou a OAB à disposição. A Presidente agradeceu a presença da Dra. Luciana e informou que a audiência estava chegando ao fim. Destacou a importância de dar visibilidade ao problema, ressaltando que não se trata apenas da superlotação, embora o número de presos seja três vezes superior à capacidade, mas também de impactos graves na saúde mental e física dos policiais penais, na segurança do trabalho e na qualidade do serviço prestado. Anunciou que serão feitos encaminhamentos ao Governo Estadual, destacando a importância da presença do deputado Arnaldo Silva, por ser representante da Assembleia Legislativa e responsável por articular ações junto ao Estado. Reforçou que a Comissão de Segurança Pública da Câmara de Uberlândia está comprometida em lutar pelo aumento do efetivo e pela melhoria das condições de trabalho dos policiais penais. Citou os vereadores parceiros na pauta e destacou que, como delegada de polícia e policial de carreira, ocupa aquela cadeira justamente para dar voz e representatividade aos profissionais da segurança pública. Agradeceu a presença de todos, pediu que Deus abençoe e ilumine o trabalho dos policiais penais, deseou boa noite e encerrou a audiência.

VEREADORA DELEGADA LIA VALECHI

VEREADOR SARGENTO EDNALDO

VEREADORA JANAINA GUIMARÃES

**Eu escolhi uma
Uberlândia com mais
qualidade de vida.**

O PODER DA MUDANÇA JÁ COMEÇOU.



EXPEDIENTE

O LEGISLATIVO Ano XX nº 3996, QUINTA-FEIRA, 04 DE DEZEMBRO DE 2025 | EDIÇÃO DE HOJE - 06 PÁGINAS
Órgão Oficial da Câmara Municipal de Uberlândia/MG

Criado pela Lei Municipal nº 8485 de 24/11/2003. Av. João Naves de Ávila, 1617 | 38408-144 | (34) 3239-1130
Editado e produzido pela Diretoria de Comunicação/Seção de Jornalismo com base na documentação disponibilizada pelos departamentos
Diretor de Comunicação: Ademir Reis (MG04854JP); Chefe de Jornalismo: Suila Camargos (RP 0023299/MG);
Jornalista Responsável: Eithel Lobianco Jr. 3484 MTE/SJPMG; Editoração Eletrônica: Seção de Jornalismo.
Disponível no site da Câmara: www.camarauberlandia.mg.gov.br e disponibilizado na rede interna para departamentos e gabinetes dos vereadores.
Edições anteriores solicite pelo e-mail: imprensa@camarauberlandia.mg.gov.br